



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS
DIRECÇÃO NACIONAL DE PLANIFICAÇÃO E ORÇAMENTO

ORÇAMENTO CIDADÃO

5ª Edição

ORÇAMENTO CIDADÃO 2016

Visão: Assegurar a participação do Cidadão em todas as fases de processo orçamental – elaboração, execução e controlo.

Missão: Informar ao Cidadão, em linguagem simples e acessível, sobre os aspectos relevantes do Orçamento do Estado.

Caro Cidadão,

No âmbito do compromisso com a transparência orçamental e do envolvimento de todos os seguimentos da sociedade civil no debate a respeito do Orçamento do Estado, o Ministério da Economia e Finanças traz a 5ª edição do Orçamento Cidadão, o qual contempla toda a informação concernente aos aspectos relevantes do Orçamento do Estado para o exercício económico de 2016.

Agradecemos pelas contribuições que nos foram remetidas e reiteramos que continuamos abertos a melhorar cada vez mais o conteúdo do presente informativo.

ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2016

O Orçamento do Estado para 2016, constitui o suporte financeiro das acções a serem desenvolvidas pelo Governo no âmbito do Plano Económico e Social (PES) em prosseguimento do Programa Quinquenal do Governo (PQG) 2015-2019, cujo enfoque central é a melhoria das condições de vida do povo moçambicano, promoção do emprego, da produtividade e a competitividade, criando riqueza e um desenvolvimento equilibrado e

inclusivo, num ambiente de paz e segurança, harmonia, solidariedade, justiça e coesão entre os moçambicanos.

A política para 2016 centrar-se-á no aumento e na diversificação das fontes de captação de receita, racionalização da despesa pública, conclusão das obras em curso, contínua provisão de serviços sociais básicos, priorização do pagamento do serviço da dívida, a operacionalização do Instituto Nacional de Previdência Social, tendo em vista potenciar o desenvolvimento do capital humano e a promoção de um ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento do empresariado nacional.

PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS

A fortificação do dólar americano face as outras moedas levou a uma revisão em baixa das perspectivas de crescimento económico para 2016, sendo assim, prevê-se um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 7,0% e uma taxa de inflação média anual de 5,6%, que corresponde a uma aumento de 0,5 pontos percentuais face ao previsto em 2015.

Quadro 1.Pressupostos Macroeconómicos

	2014 Real	2015 Lei	2016 Actual
PIB nominal (Milhões MT)	526,495	594,649	680,487
Taxa de Crescimento real (%)	7.4	7.5	7.0
PIB Per Capita (MT/Pessoa)	21.328	23.152	25.753
Taxa de Inflação média anual (%)	2.3	5.1	5.6

O crescimento previsto será sustentado pelos sectores de Agricultura (**6,5%**), Electricidade e Gás (**7,7%**), Construção (**7,9%**), Comércio (**8,0%**), Indústria Extractiva (**10,0%**), Transportes (**5,8%**), Educação (**8,0%**), Saúde (**7,5**), Pescas (**4,8%**) e Sector Financeiro (**8,2%**).

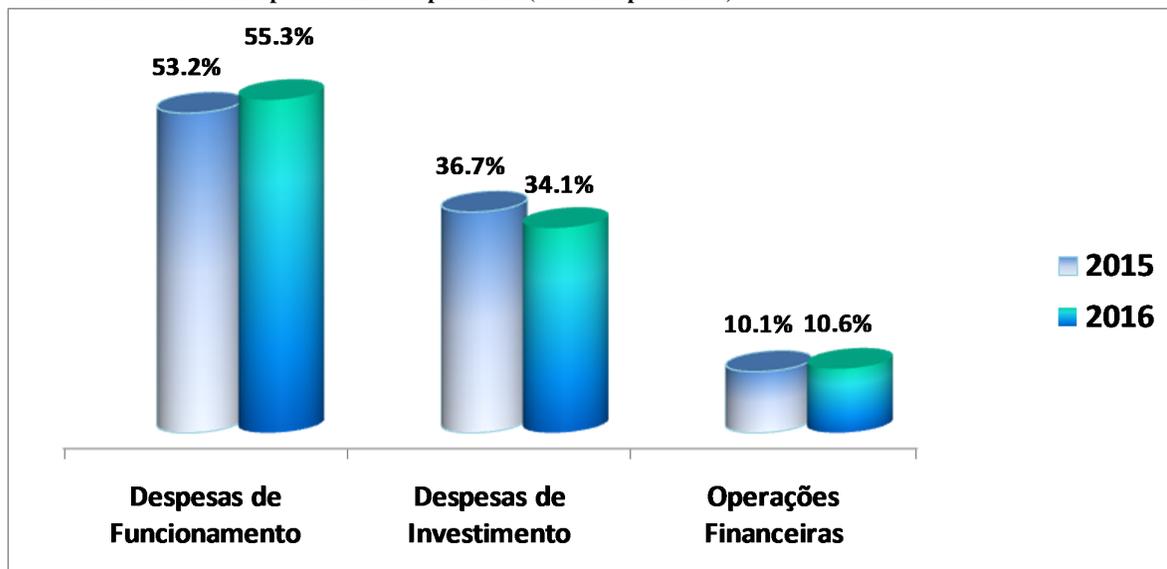
PREVISÃO DE RECURSOS NO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2016

Para 2016, espera-se que o volume de recursos atinja cerca de 246.070,4 milhões de MT, sendo 184.028,8 milhões de MT resultantes da mobilização de recursos domésticos e 62.041,6 milhões de MT financiamento externo, o que em termos estruturais do total de recursos, os recursos internos representam 74.8%, e os externos 25,2%.

PREVISÃO DAS DESPESAS DO ESTADO

A política orçamental para 2016, tem como prioridade, o rigor no controlo de gastos públicos a todos os níveis, a fim de garantir a sustentabilidade orçamental a longo prazo. Neste contexto, a Despesa Total do Estado para 2016 deverá atingir 246.070,4 milhões de MT, o correspondente a 36,2% do PIB, o que significa uma redução de 1,9 pontos percentuais do PIB face ao ano de 2015.

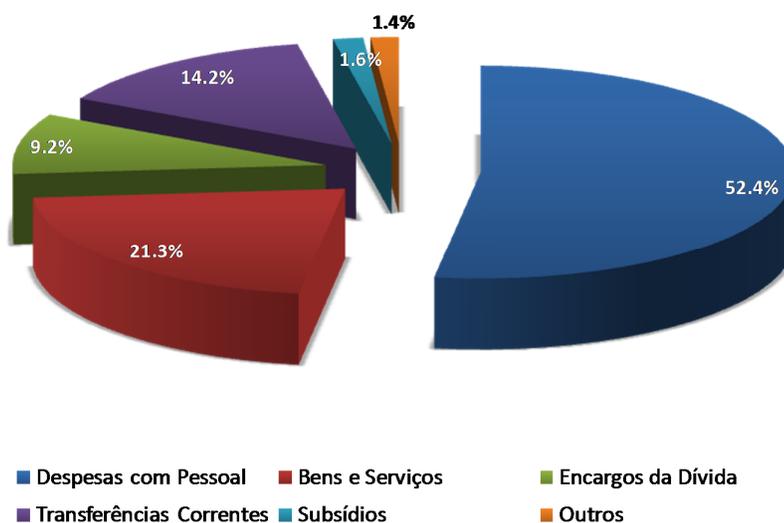
Gráfico 1. Estrutura da Despesas do Estado para 2016 (% da Despesa Total)



DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

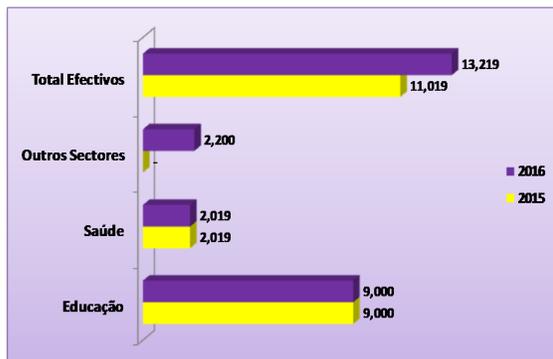
As Despesas de Funcionamento para 2016 estão fixadas em 136.159,3 milhões de MT, o equivalente a 20,0% do PIB, representando um aumento nominal de 15.807,6 milhões de MT.

Gráfico 2. Composição das Despesas de Funcionamento



Do volume de recursos foram programados 71.308,2 milhões de MT para Despesas com Pessoal, dos quais foram afectados cerca de os 2.333,5 milhões de MT para admissões, promoções e mudanças de carreira, destacando-se as áreas da Educação, Saúde, Agricultura e Polícia.

Gráfico 3. Plano de Admissões



Quadro 2. Impacto Orç. dos Actos Administrativos

Sectores	Admissões		Prom. Prog. e Mud. de Carreira	
	Impacto Orçamental		Impacto Orçamental	
	Milhões de MT		Milhões de MT	
	2015	2016	2015	2016
Educação	1,048.7	1,122.1	231.4	247.6
Saúde	332.4	355.7	45.6	48.8
Agricultura	-	124.0	-	-
Outros Sectores*	-	257.4	-	301.9
Total	1,381.1	1,859.3	277.0	598.3

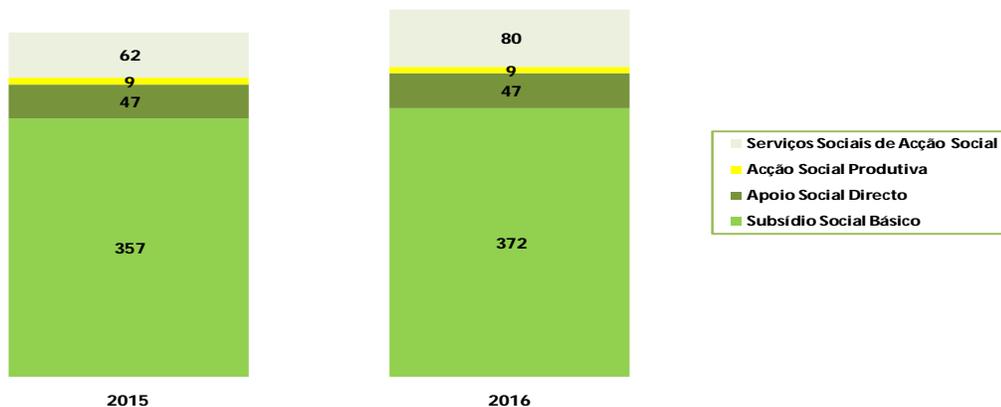
* Polícia e Serviço Cívico

Previsão das Despesas nas Áreas de Protecção Social

Como forma minimizar o custo de vida das populações desfavorecidas e garantir padrões de consumo *per capita* acima da linha de pobreza, para 2016 o Governo vai prosseguir com a implementação da Estratégia Social Básica composta por quatro (4) programas: Subsídio Social Básico, Apoio Social Directo, Acção Social Produtiva e Serviços de Acção Social.

Para a implementação da presente estratégia, foram alocados cerca de 3.088,5 milhões de MT, que irá atender acerca de 507.902 beneficiários¹.

Gráfico 4. Desagregação dos Beneficiários dos Programs de Acção Social (10³)



¹Crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência e mulheres chefes de agregado familiar

Subsídio as Empresas e aos Preços

Para garantir o pagamento de subsídios, foi aprovado o montante de 2.120,6 milhões de MT, o equivalente a 0,3% do PIB, o que representa uma redução de 0,2pp do PIB face a 2015. Deste montante estão previstos 1.442,1 milhões de MT para assegurar os subsídios aos défices de exploração das empresas públicas e 678,5 milhões de MT para os preços.

Do montante destinado aos subsídios aos preços estão previstos apenas subsídios para as panificadoras e subsídio ao transportador, sendo que para 2016, não se prevê subsídios aos combustíveis dada a queda do preço do barril do petróleo no mercado internacional.

Quadro 3. Subsídio às Empresas e aos Preços

	2014	2015	2016
I. Subsídios as Empresas	1334.2	1347.7	1442.1
II. Subsídios aos Preços	1337.1	1809.4	678.5
Combustíveis	723.3	1118.4	-
Farinha de Trigo	403.1	475	488.9
Transportadores	210.7	218	2120.6
Total	2671.3	3157.1	2120.6

DESPESAS DE INVESTIMENTO

Para a realização de projectos prioritários tais como, projectos de infra-estruturas de transporte, energia e hidroagrícolas, que asseguram uma produção eficaz de bens e serviços e circulação de mercadorias, o Orçamento do Estado prevê para 2016 cerca de 83.865,5 milhões de MT equivalentes a 12,3% do PIB de despesa para investimentos.

O quadro 3 mostra a alocação orçamental de investimento por nível geográfico.

Quadro 4. Investimento Interno por Nível

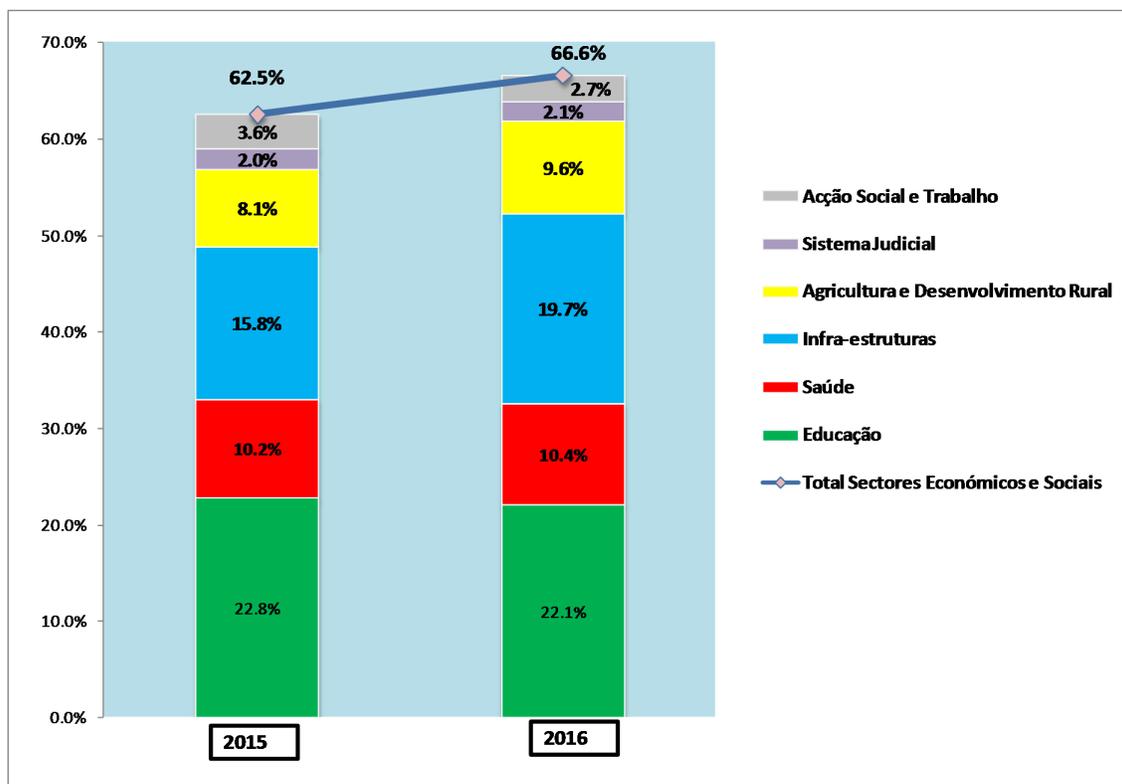
Em milhões MT	Lei 2015	Prop. 2016
Central	34,601.2	29,862.1
Provincial	5,507.5	6,505.0
Niassa	254.2	362.8
Cabo Delgado	365.8	526.5
Nampula	1,110.0	1,105.8
Zambezia	931.0	1,153.9
Tete	461.5	542.0
Manica	298.5	384.4
Sofala	728.7	732.8
Inhambane	296.1	380.0
Gaza	503.2	609.9
Map Provincia	352.7	432.9
Map Cidade	205.8	273.9
Distrital	3,574.8	3,696.0
Autarquico	1,132.0	1,275.8

ALOCAÇÃO DE RECURSOS EM SECTORES ECONOMICOS E SOCIAIS

A alocação estratégica de recursos, em especial em acções com efeitos multiplicadores e de maior abrangência social, tem por objectivo garantir a implementação da política económica e social, através de acções tendentes à redução da pobreza rural e urbana, com investimentos na promoção de um crescimento económico sustentável e inclusivo a curto e médio prazos.

Assim, para os sectores económicos e sociais foram alocados 66,6% da Despesa Total excluindo Operações Financeiras e os Encargos da Dívida, o que corresponde a 138.116,0 milhões de MT.

Quadro 5. Despesa nos Sectores Económicos e Sociais



Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD) e Infra-estruturas

Para melhorar a prestação de serviços públicos, desenvolver o ambiente socioeconómico e reduzir a dependência dos níveis locais em relação ao nível central, o Governo continuará a priorizar a descentralização dos recursos com vista a garantir os objetivos traçados.

Está prevista a alocação de 1.558,6 milhões de MT para o Fundo de Desenvolvimento Distrital e o Fundo de Infra-estruturas 2.016,3 milhões de MT para o mesmo exercício económico.

Receita Proveniente da Actividade Petrolífera

O Orçamento do Estado para 2016 continuará a alocar a percentagem de 2,75% das receitas geradas pela exploração mineira e petrolífera para o desenvolvimento das comunidades das áreas onde se localizam tais projectos.

Deste modo, para 2016, à semelhança do ano fiscal de 2015, adoptou-se o critério de alocação destes fundos, tendo em conta o nível de arrecadação do imposto de produção mineira observado do ano anterior (n-1).

Esta medida visa minimizar o impacto negativo da volatilidade destas receitas quando ocorrem choques na economia, tais como: redução/subida do preço do petróleo, com um impacto no nível de arrecadação.

Quadro 7. Transferências as Comunidades

Provincia	Distrito	Localidade	Valor (10 ⁶ MT)
Cabo Delgado	Montepuez	Namanhumbir	6,128.7
Nampula	Moma	Topuito	2,160.0
Tete	Moatize	Cateme	1,915.0
		25 de Setembro	1,915.0
		Chipanga II	1,915.0
		Benga	647.4
Inhambane	Govuro	Pande	1,477.4
		Maimelane	6,600.7
TOTAL			22,759.2

PRIORIDADES DE INVESTIMENTO PARA 2016

A afectação de recursos prioriza o investimento no fortalecimento de infra-estruturas socioeconómicas básicas, aumento da produção e produtividade agrária, dinamização da indústria transformadora e o reforço dos programas de protecção social.

Assim, estrategicamente, as acções centrais que concretizarão as prioridades na alocação de recursos para 2016 são:

Quadro 8. Afectação de Recursos por Prioridades do PQG para 2016

Prioridades	Prop 2016	Prop 2016
Prioridade I - Consolidar a Unidade e a Paz e Reforçar a Soberania	19,784.5	8.0%
Prioridade II - Desenvolver o Capital Humano e Social	75,994.5	30.9%
Prioridade III - Promover o Emprego, a Produtiva e a Competividade	11,512.5	4.7%
Prioridade IV - Desenvolver Infraestruturas Económicas e Sociais	42,048.3	17.1%
Prioridade V - Assegurar a Gestão Sustentável e Transparente dos Recursos Naturais e do Ambiente	4,867.9	2.0%
Pilar I - Estado de Direito, Boa Governação e Descentralização	38,311.9	15.6%
Pilar II - Ambiente Macro-economico Equilibrado e Sustentável	52,841.2	21.5%
Pilar III - Reforço da Cooperação Internacional	709.5	0.3%
Despesa Total	246,070.43	100.0%

Amostra das Acções Sectoriais

Educação e Desenvolvimento Humano (Orçamento global: 8.485,2 milhões de MT)

Preve-se para 2016 um crescimento de 8,0% no sector da Educação, resultante do aumento dos efectivos escolares em 6,4% impulsionado pelos investimentos na construção de escolas e salas de aulas, bem como da abertura de novos cursos pelas instituições de ensino superior.

Assim, espera-se que a taxa líquida de escolarização aos 6 anos na 1ª classe seja de 82,5% e 81,5% para rapariga. Destacam-se acções do sector:

- Aquisição e distribuição de cerca de 14 milhões de Livros Escolares;
- Aquisição e distribuição de Carteiras Escolares;
- Construção e reabilitação de escolas e salas de aulas;
- Construção e apetrechamento de 10 instituições de ensino técnico-profissional;
- Construir e apetrechar o Instituto Agrário em Angónia;
- Expansão do acesso ao Ensino Superior;
- Construção do campus da Escola Superior de Jornalismo.

Saúde (orçamento global: 7.574,1 milhões de MT)

Para o sector da Saúde, espera-se um crescimento de 7,5%, impulsionado pelo incremento de numero de pessoas atendidas nas consultas externas, partos institucionais e internato.

O governo prevê aumentar a taxa de cobertura de crianças menores de 12 meses de idade completamente vacinadas para 88% contra 87,5% esperados em 2015. Espera-se ainda elevar o número de crianças que beneficiam de TARV pediátrico para 105 mil contra 99 mil estimado em 2015. Dentre estas acções, ira se priorizar:

- Apoio à cadeia de valor de medicamentos;
- Desenvolvimento das infra-estruturas de Níveis I, II e III;
- Elevar a taxa de cobertura de partos institucionais para 73%;
- Conclusão do Hospital Central de Quelimane e reabilitação do Hospital Central da Beira;
- Construção do Hospital Geral de Nampula e dos Hospitais Provinciais de Inhambane e de Niassa;
- Reabilitação do departamento de pediatria do HCM e
- Reabilitação do centro de saúde Mawayela, no distrito de Panda, província de Inhambane.

Infraestruturas–Estradas, Aguas e Saneamento (orçamento global: 39.202,9 milhões de MT)

- Reabilitação da estrada N6: Beira-Machipanda;
- Reabilitação da estrada nacional N6C Tica-Buzi;
- Asfaltagem da estrada nacional N13: Cuamba-Mandimba-Massangulo;
- Asfaltagem da estrada nacional N104 Nampula-Nametil;
- Reabilitação da ponte de Save (Inhambane);
- Construção de 13 pontes nas províncias de Zambezia e Niassa;
- Reabilitação da barragem de Massingir;
- Projecto de abastecimento de água e saneamento às cidades de Lichinga e Cuamba;
- Reabilitação e expansão do sistema de abastecimento da vila de Alto Molocue e
- Reabilitação e expansão do sistema de abastecimento de água de Massangena.

Agricultura e Desenvolvimento Rural (orçamento global: 12.429,0 milhões de MT)

- Aquisição e distribuição de sementes;
- Apoio à produção agro-pecuária;
- Revitalização da cadeia de valor do algodão;
- Reabilitação/construção de regadios;
- Promoção da segurança alimentar e nutricional;
- Promoção da pesca artesanal e
- Assistência técnica às mudanças climáticas.

Transportes e Comunicações (orçamento global: 1.374,6 milhões de MT)

- Reabilitação e expansão do porto de Nacala;
- Conclusão da reabilitação de 578 km da Linha de Sena;
- Conclusão da reabilitação da pista do aeroporto internacional de Maputo;
- Expansão da rede meteorológica;

ENCARGOS DA DÍVIDA

A Dívida pública é constituída pela dívida pública externa e interna. Nos últimos cinco anos, o *stock* da dívida pública tem registado crescimento alinhado com a necessidade de recursos financeiros para reduzir o grande défice de infra-estruturas que o País enfrenta.

Para 2016, está previsto o pagamento do serviço da dívida no valor de 12.500,0 milhões de MT, o correspondente a 1,8% do PIB, o que representa um incremento de 0,6pp do PIB quando comparado com 2015.

Em termos de composição, do total dos encargos da dívida, observa-se:

- 7.200,0 milhões de MT destinam-se ao pagamento dos juros internos;
- 5.300,0 milhões de MT ao pagamento de juros da dívida externa proveniente na sua maioria de investimentos em infra-estruturas.

DÉFICE ORÇAMENTAL

O montante necessário para o financiamento do Déficit Orçamental em 2016 é de cerca de 69.661,3 milhões de MT, o equivalente a 10,2% do PIB, uma redução de 0,9pp do PIB, face a 2015. Para a cobertura do défice, o Governo vai recorrer as seguintes fontes de financiamento:

- Donativos Externos, no valor de 24.800,0 milhões de MT, o equivalente a 3,6% do PIB;
- Crédito Externos: em 37.241,6 milhões de MT, o que corresponde a 5,5% do PIB; e
- Crédito Interno: em 7.619,7 milhões de MT, o equivalente a 1,1% do PIB.

CONCEITOS BÁSICOS

De forma a facilitar a compreensão do conteúdo do “Orçamento Cidadão” seguem-se algumas notas explicativas dos conceitos usados que julgamos importantes

SUBSÍDIO

O Subsídio é o apoio monetário, concedida por uma entidade a outra entidade individual ou colectiva, no sentido de fomentar o desenvolvimento de uma determinada actividade. O governo a conceder subsídios empresas e aos preços tem em vista reduzir o preço final dos produtos vendidos, e assim minimizar o custo de vida das populações mais desfavorecidas.

PROGRAMAS DE PROTECÇÃO SOCIAL

Os programas de protecção social é uma junção de programas que tem como objectivo garantir assistências a camada carente da população como forma de redistribuir o rendimento e combater a pobreza, viabilizando o desenvolvimento social.